



Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) **Ata da 78ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2022**

Em 25 de outubro de 2022, reuniu-se ordinariamente os membros da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Participaram o Presidente Suplente Breno Esteves Lasmar, representante da Semad e os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Representantes do Poder Público: Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Felipe Oliveira de Carvalho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Ana Luiza de Aguiar Duarte, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Juliana Ordones Rego, do Conselho Regional de Biologia (CRBio) - 4ª região; Junio Augusto dos Santos Silva, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Minas Gerais (Ibama); Gabriel Moreira Junqueira, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG). Representantes da Sociedade Civil: Lidiane Carvalho de Campos, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG); Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda); Antônio Eustáquio Vieira, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Júlio César de Oliveira, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); Alexandre Túlio Amaral Nascimento, da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). O Presidente suplente Breno Esteves Lasmar constatado o quórum e dá início a reunião, convidando os presentes a se posicionarem para a execução do Hino Nacional Brasileiro. **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O Presidente Breno Esteves Lasmar declarou aberta a 78ª reunião ordinária da Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB), do Copam. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente suplente Breno Esteves Lasmar: “A pedido da Secretaria Executiva comunico que será publicado essa semana o Edital de Convocação do Copam, no Diário Oficial de Minas Gerais, que visa sobre o processo eletivo para a recomposição das unidades colegiadas do Conselho. Conselheiro Gabriel Junqueira (CREA-MG): “Sr. Presidente e conselheiros, primeiro agradecer o trabalho desse ano que foi árduo e proveitoso, mas eu gostaria de fazer uma menção sobre um aporte que tivemos na

semana passada, salvo engano, no dia 15, foi publicado no site do governo do Estado que houve o aporte de 150 milhões de reais para os parques do estado de Minas Gerais. Esse aporte vai beneficiar diretamente 700 mil hectares, sendo desse aporte a utilização para a compra de carros, no caso citado eram 70 carros, 450 km de estradas, 1.500 km de trilhas, mais também a instalação de pontos de coleta de energia solar, dentre outros benefícios que esse dinheiro vai trazer. Então assim, é muito importante sabemos que a gente precisa de recursos financeiros para desenvolver os trabalhos de conservação, a manutenção e trazer o público, também, para os parques que acho que é de suma importância trazer as pessoas para que conheçam os locais, saibam um pouco do que é e para que servem esses parques e sim, além de toda essa educação ambiental mostrar que Minas Gerais sabe resolver problemas quando ocorrem os problemas e sabe reverter as multas desses problemas, em benefício para toda a população. Obrigado e bom trabalho para todo mundo”. Presidente suplente Breno Esteves Lasmar: “Obrigado Gabriel, realmente foi uma iniciativa muito boa do Estado junto com todos os parceiros referentes a esse trabalho e vamos fazer com que haja um incremento e desenvolvimento das nossas unidades de conservação, fazer com que haja uma melhoria dos trabalhos de todo o uso público que possamos pensar e com isso fazer com que haja uma aproximação maior da sociedade com as nossas unidades de conservação. Continuamos com a palavra em assuntos gerais. Não havendo mais manifestações passamos para o próximo item de pauta”. **4) EXAME DA ATA DA 77ª RO DE 27/09/2022.** Aprovada pela maioria dos votos a Ata da 77ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas, realizada em 27 de setembro de 2022. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Crea-MG, Fiemg, Amda, OAB-MG e Uemg. Ausentes no momento da votação: Ibama, CMI-MG e Relictos. Presidente suplente Breno Esteves Lasmar: “Na sequência farei a leitura dos processos referentes aos itens da pauta: 5.1 a 5,7, 6.2, 7.3 e 7.4, não havendo destaques por parte dos conselheiros e nem inscritos para manifestação, faremos a votação em bloco”. **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL, CONFORME POA 2022: 5.1 Fazenda São Miguel Ltda./Fazenda Monte Alto/Fazenda Córrego Fundo – Silvicultura; Viveiro de produção de mudas de espécies agrícolas, florestais e ornamentais; Comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins - Itaú de Minas e Passos/MG - PA/Nº 08889/2007/001/2014 - SEI/Nº 2100.01.0070116/2021-29 - Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF. Sem destaques. Votação em bloco. Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Crea-MG, Fiemg, CMI-MG, Amda, Relictos, OAB-MG e Uemg. Ressalvas Fiemg, CMI-MG e OAB-MG: Conselheira Lidiane Carvalho de Santos (Fiemg): “Voto favorável, mas gostaria que constasse em ata**

o nosso entendimento pela duplicidade na marcação do índice de relevância de interferência de supressão de vegetação”. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta (CMI-MG): “Voto favorável com as mesmas ressalvas da conselheira da Fiemg”. Conselheiro Júlio César de Oliveira (OAB-MG): “Voto favorável, acompanhando as anotações efetuadas pela conselheira Lidiane da Fiemg”. Ausente no momento da votação: Ibama. **5.2 SPLF Investimentos e Participações Ltda. - Silvicultura; Produção de carvão vegetal de origem nativa/aproveitamento do rendimento lenhoso - Senador Modestino Gonçalves/MG - PA/Nº 07223/2012/002/2016 - SEI/Nº 2100.01.0016742/2022-92 - Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF. Sem destaques. Votação em bloco. Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Crea-MG, Fiemg, CMI-MG, Amda, Relictos, OAB-MG e Uemg. Ressalvas Fiemg, CMI-MG e OAB-MG: Conselheira Lidiane Carvalho de Santos (Fiemg): “Voto favorável, mas gostaria que constasse em ata o nosso entendimento pela duplicidade na marcação do índice de relevância de interferência de supressão de vegetação”. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta (CMI-MG): “Voto favorável com as mesmas ressalvas da conselheira da Fiemg”. Conselheiro Júlio César de Oliveira (OAB-MG): “Voto favorável, acompanhando as anotações efetuadas pela conselheira Lidiane da Fiemg”. Ausente no momento da votação: Ibama. **5.3 Espólio Lázaro Soares de Aquino/Fazenda Goiás - Culturas Anuais, Semiperenes e Perenes; Silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos em regime extensivo; Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); Avicultura; Suinocultura - Paracatu/MG - PA/SLA/Nº 3301/2021 - SEI/Nº 2100.01.0076480/2021-85 - Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Sem destaques. Votação em bloco. Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Crea-MG, Fiemg, CMI-MG, Amda, Relictos, OAB-MG e Uemg. Ausente no momento da votação: Ibama. **5.4 Carlos Oberto Correa da Costa/Fazenda Trombas e Moreira - Barragem de irrigação ou perenização para agricultura - Cabeceira Grande/MG - PA/Nº 12360/2008/003/2019 - SEI/Nº 2100.01.0006947/2021-41 - Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF. Sem destaques. Votação em bloco. Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Crea-MG, Fiemg, CMI-MG, Amda, Relictos, OAB-MG e Uemg. Ressalvas Fiemg, CMI-MG e OAB-MG: Conselheira Lidiane Carvalho de Santos (Fiemg): “Voto favorável, mas gostaria que constasse em ata o nosso entendimento pela duplicidade na marcação do índice de relevância de interferência de supressão de vegetação”. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta (CMI-MG): “Voto******

favorável com as mesmas ressalvas da conselheira da Fiemg”. Conselheiro Júlio César de Oliveira (OAB-MG): “Voto favorável, acompanhando as anotações efetuadas pela conselheira Lidiane da Fiemg”. Ausente no momento da votação: Ibama. **5.5 Rio Rancho Agropecuária S.A./Bloco Cancela - Silvicultura - Grão Mogol/MG e Padre Carvalho/MG - PA/Nº 04323/2015/001/2015 - PA/SLA/Nº 2974/2021 (Ampliação) - SEI/Nº 2100.01.0021847/2021-97 - Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF.** Sem destaques. Votação em bloco. Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Crea-MG, Fiemg, CMI-MG, Amda, Relictos, OAB-MG e Uemg. Ressalvas Fiemg, CMI-MG e OAB-MG: Conselheira Lidiane Carvalho de Santos (Fiemg): “Voto favorável, mas gostaria que constasse em ata o nosso entendimento pela duplicidade na marcação do índice de relevância de interferência de supressão de vegetação”. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta (CMI-MG): “Voto favorável com as mesmas ressalvas da conselheira da Fiemg”. Conselheiro Júlio César de Oliveira (OAB-MG): “Voto favorável, acompanhando as anotações efetuadas pela conselheira Lidiane da Fiemg.”. Ausente no momento da votação: Ibama. **5.6 Rio Rancho Agropecuária S.A./Fazenda Três Capões - Gorutuba - Silvicultura - Grão Mogol e Francisco Sales/MG - PA/Nº 14529/2016/001/2018 - SEI/Nº 2100.01.0063724/2020-53 - Classe 3. Apresentação: GCARF/IEF.** Sem destaques. Votação em bloco. Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Crea-MG, Fiemg, CMI-MG, Amda, Relictos, OAB-MG e Uemg. Ressalvas Fiemg, CMI-MG e OAB-MG: Conselheira Lidiane Carvalho de Santos (Fiemg): “Voto favorável, mas gostaria que constasse em ata o nosso entendimento pela duplicidade na marcação do índice de relevância de interferência de supressão de vegetação”. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta (CMI-MG): “Voto favorável com as mesmas ressalvas da conselheira da Fiemg”. Conselheiro Júlio César de Oliveira (OAB-MG): “Voto favorável, acompanhando as anotações efetuadas pela conselheira Lidiane da Fiemg.”. Ausente no momento da votação: Ibama. **5.7 Sanders Agrícola Ltda. E Outra/Fazenda Paraíso - Cultura de cana-de-açúcar, sem queima; Canais de irrigação; Barragem de irrigação ou de perenização p/ agricultura sem deslocamento população atingida; Silvicultura; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalação de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - João Pinheiro/MG - PA/Nº 00155/2011/001/2012 - SEI/Nº 2100.01.0016958/2022-80 - Classe 4. Apresentação: GCARF/IEF.** Sem destaques. Votação em bloco. Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Crea-MG, Fiemg, CMI-MG, Amda, Relictos, OAB-MG e Uemg. Ressalvas Fiemg, CMI-MG e OAB-MG: Conselheira Lidiane Carvalho de Santos (Fiemg): “Voto favorável, mas

gostaria que constasse em ata o nosso entendimento pela duplicidade na marcação do índice de relevância de interferência de supressão de vegetação”. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta (CMI-MG): “Voto favorável com as mesmas ressalvas da conselheira da Fiemg”. Conselheiro Júlio César de Oliveira (OAB-MG): “Voto favorável, acompanhando as anotações efetuadas pela conselheira Lidiane da Fiemg.”. Ausente no momento da votação: Ibama. **6) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DA INSTALAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS MINERÁRIOS: 6.1 AMG Brasil S.A. Lavra a céu aberto para extração de pegmatito - Nazareno/MG - PA/Nº 0043/1985/039/2018 - DAIA Solteira Nº 039/2018 - ANM: 000.466/1943; 006.127/1966; 005.452/1957; 006.532/1962; 004.859/1967; 004.681/1954 - SEI/Nº 2100.01.0075406/2021-80. Classe 6. Apresentação: URBio Norte. RETIRADO DE PAUTA. 6.2 MML Metais Mineração Ltda. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido - minério de ferro; Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco - minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento - Passa Tempo/MG - PA/Nº 27576/2011/003/2015 - ANM: 833.108/2004 - Classe 5. Apresentação Regional Norte. Sem destaques. Votação em bloco. Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Crea-MG, Fiemg, CMI-MG, Amda, Relictos, OAB-MG e Uemg. Ausente no momento da votação: Ibama. **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DO CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE AO BIOMA MATA ATLÂNTICA: 7.1 Samarco Mineração S.A. - Pilha de Disposição de Estéril e Rejeito Arenoso Eixo 1 - PDER Eixo 1 - Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro e Correia transportadora externa aos limites de empreendimentos minerários - Mariana e Ouro Preto/MG - PA/SLA/Nº 2781/2020 - ANM: 933.382/2010 - Classe 4. Apresentação: Suppri. O Presidente suplente Breno Esteves Lasmar passa a palavra aos conselheiros da Fiemg e da Uemg para manifestações acerca dos relatórios de vista. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos (Fiemg): “O nosso relato de vista foi disponibilizado no site da Semad. Só gostaria de reiterar que após a análise do processo entendemos que a Samarco busca o licenciamento ambiental para a pilha de disposição séries de rejeitos arenosos PDER Eixo 1. E aí a gente está analisando aqui a proposta de compensação por supressão de vegetação do bioma Mata Atlântica que está atrelado ao processo do licenciamento. Entendemos que o parecer do órgão ambiental demonstra que a área de intervenção foram 23.6 hectares, o empreendedor propôs uma compensação, uma forma de regularização fundiária de 47 hectares como regularização fundiária na fazenda Rio Acima, que está no interior do parque Estadual do Itacolomi e depois da nossa análise a gente consegue perceber que a proposta do empreendedor atende****

180 todos os preceitos legais e por isso não há óbices jurídicos para o julgamento e
181 sugerimos o deferimento da proposta da forma como consta no parecer do órgão
182 ambiental. Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Não produzi o
183 retorno de vista e não tenho nada a dizer no momento”. Conselheiro Luiz Gustavo Nunes
184 Vieira da Silva (Amda): “Obrigado, senhor Presidente. Tenho uma dúvida em relação a
185 esse processo, um destaque na página 43 do processo, em relação à proposta foram
186 apresentados os seguintes documentos: Regularização fundiária de Unidade de
187 Conservação: a.1) Certidão atualizada de Inteiro Teor, Certidão de Ônus Reais e
188 Certidões de Ações Reais da matrícula do imóvel registrado perante o Cartório de
189 Registro de Imóveis de Januária como forma de compensação florestal da propriedade
190 denominada fazenda Rio Acima. Me causou estranheza uma unidade de conservação
191 estar localizada em Ouro Preto e a matrícula estar localizada em Januária. Nesse tipo de
192 situação caberia um estudo de cadeia dominial, cabe ao Estado fazer esse estudo? Cabe
193 à empresa fazer esse estudo e porque uma unidade de conservação localizada em Ouro
194 Preto está recebendo uma propriedade localizada no cartório de Januária, mais de 600
195 km de distância? Eu, possivelmente imagino a confusão que deve ser o Cartório de
196 Registro de Imóveis de Ouro Preto, nós temos historicamente inúmeros incêndios
197 causados, uma tremenda confusão, mas eu gostaria de saber porque? E se foi feito esse
198 estudo de cadeia dominial dessa matrícula”. Cândida Alméri (Inscrita - representante do
199 empreendedor): “Boa tarde a todos. Bom, a propriedade Rio Acima está localizada
200 dentro do parque Itacomi e a matrícula dela, caso seja necessário, podemos enviar
201 novamente, ela está no Cartório de Ouro Preto e toda a cadeia, como o conselheiro
202 perguntou, também, está registrada no cartório de Ouro Preto”. Monike Valent Silva
203 Borges (Suppri): “Boa tarde a todos. O que houve foi um erro material, a Certidão está
204 correta, está com a numeração identificada no SEI. A matrícula está correta, o imóvel é
205 em Mariana e a Certidão do Cartório de Registro de Imóveis é da Comarca de Mariana,
206 conforme o parecer único que consta direitinho o número que faz a referência no SEI.
207 Então foi apenas um erro material da nossa parte. Obrigada. É isso.”. Conselheiro Luiz
208 Gustavo Nunes Vieira da Silva (Amda): “Esclarecido”. Presidente suplente Breno Esteves
209 Lasmar: “Continuamos em discussão, algum outro ponto de dúvida a esclarecer? Não
210 havendo, vou colocar em votação”. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04,
211 Crea-MG, Fiemg, CMI-MG, Amda, Relictos e OAB-MG. Voto contrário: Justificativa
212 Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Voto contrário por entender
213 que a compensação só por regularização fundiária e Unidade de conservação não
214 procede”. Ausente no momento da votação: Ibama. **7.2 Mineração Alto Palmital**
215 **S.A./Fazenda Palmital - Pesquisa mineral, com ou sem emprego de guia de utilização,**
216 **com supressão de vegetação secundária nativa pertencente ao bioma mata atlântica**

em estágios médio e avançado de regeneração, exceto árvores isoladas - Itabirito/MG - PA/Nº 10468/2019/001/2019 - SEI/Nº 1370.01.0041506/2021-55 - Classe 4.

Apresentação: Supram CM. O Presidente suplente Breno Esteves Lasmar passa a palavra aos conselheiros da Fiemg e da Uemg para manifestações acerca dos relatórios de vista. Conselheira Lidiane Carvalho de Campos (Fiemg): “A empresa Mineração Alto Palmital busca o licenciamento para a operação da lavra experimental de minério de ferro e como parte do processo apresentaram essa proposta de compensação por supressão do bioma Mata Atlântica. O parecer do órgão ambiental demonstra um total de área a ser intervinda de 6.49 hectares e foi indicado na proposta do empreendedor a aquisição de uma área de 3 hectares no interior do Parque Nacional Serra do Gandarela, pendente de regularização fundiária. Essa gleba está localizada na fazenda Palmital, Bacia Hidrográfica São Francisco, Sub-bacia do Rio das Velhas. Queria destacar que parte do parecer do órgão ambiental que menciona que essa doação dessa referida área pode ser vista como um ganho ambiental no sentido de preservação de habitats naturais, contribuição para a diversidade da flora e fauna local, proporcionar a redução da fragmentação de habitats e aumentar a conectividade entre sistemas por meio de formação e gestão de corredores ecológicos, além de ampliar a proteção da referida unidade de conservação. Devido à proximidade do empreendimento ao parque Gandarela, nós fizemos uma reunião com o empreendedor e foi demonstrado para a gente que eles obtiveram a autorização para o licenciamento ambiental emitido pelo ICMBio e de forma complementar já apresentaram propostas de programas ao parque, programas de monitoramento dentro do parque e já obtiveram também a aprovação desses programas pelo ICMBio, esses programas são vinculados a essa autorização. Então, de forma conclusiva, entendemos que a proposta do empreendedor também segue os preceitos estabelecidos na legislação e que não há óbice para julgarmos nessa CPB, a proposta de compensação do empreendedor. Nossa sugestão é pelo deferimento conforme o parecer do órgão ambiental, Presidente”. Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Bem, eu produzi um retorno de vistas que está encaminhado a esse Conselho e gostaria de ler e apontar alguns pontos. Eu vou direto aos pontos específicos, mas eu gostaria de destacar um artigo que foi publicado agora em setembro de autores conhecidos nossos aqui, no contexto de Belo Horizonte, do quadrilátero ferrífero e o nome do artigo é ‘*Uma Compensação que Não Compensa o Caso dos Campos Rupestres Ferruginosos Associados à Mata Atlântica em Minas Gerais*’ que é uma questão que a gente vem pontuando aqui nessa CPB, de forma recorrente. E peço licença para ler o resumo desse artigo: ‘*A compensação ambiental é um instrumento legal com o objetivo de garantir que não ocorra perda de biodiversidade e serviços ambientais. No caso dos Campos Rupestres Ferruginosos, ecossistemas*

ameaçados e associados à Mata Atlântica, não há uma base legal específica. Em Minas Gerais, regramentos inadequados em termos conceituais e de proporcionalidade jurídica têm sido aplicados à gestão dos Campos Ferruginosos Associados à Mata Atlântica. Esses regramentos não conduzem à conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos dos Campos Ferruginosos. Este artigo, que complementa investigações precedentes, objetiva apresentar pontos problemáticos da atuação estatal, nomeadamente administrativa, no que diz respeito aos referidos ecossistemas e, correlativamente, discorrer sobre tensões e contradições entre essa atuação e o enquadramento jurídico pertinente a tais formações', o link do manuscrito do artigo está disponível no retorno de vista produzido. Eu vou direto ao ponto 2 que está nas Considerações Pontuais: A área de supressão destina-se a lavra experimental de cerca de 1.200.000 toneladas de minério de ferro com vida útil prevista de 4 anos. Isto indica prováveis novos e futuros impactos vinculados ao empreendimento em um futuro próximo. Esta perspectiva de impactos minerários crescentes e definitivos nos limites do Parque Nacional da Serra do Gandarela e em sua zona de amortecimento é conflitante e fere os objetivos da Unidade de conservação, comprometendo, inclusive, sua vocação e potencial para o turismo e para a conservação da biodiversidade. E aqui trago algumas questões que eu gostaria de ouvir o pessoal do órgão ambiental. Questiona-se: Daqui a 4 anos, quando termina a vida útil da lavra experimental, terá início outra fase de exploração? Essas etapas futuras vinculam-se ao mesmo Licenciamento Ambiental ao qual este processo de compensação está atrelado ou a outros processos? Nesse futuro próximo os licenciamentos ambientais de empreendimentos minerários já considerarão a Avaliação de Impactos Cumulativos ou a Avaliação Ambiental Integrada? Até quando o Estado irá negligenciar este importante instrumento de gestão ambiental e territorial? Neste sentido, como a Semad tem atendido a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, de '*desenvolver estudos de Avaliação Ambiental Integrada dos impactos cumulativos e sinérgicos dos empreendimentos de mineração de ferro por bacia hidrográfica, objetivando orientar a tomada de decisões e a compatibilização do uso e conservação dos recursos naturais*'? Cabendo lembrar que a AAI ou a AIC – sob o guarda-chuva da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), instituída pela Política Nacional do Meio Ambiente – visa à identificação e à avaliação dos efeitos sinérgicos e cumulativos resultantes dos impactos ambientais ocasionados pelo conjunto de empreendimentos em uma determinada região. Porém, em Minas Gerais este instrumento de gestão ambiental só é praticado para empreendimentos hidrelétricos. Urge que a AAI ou AIC seja adotada para empreendimentos minerários. Este ponto remete a um outro retorno de vista que eu já trouxe em reuniões passadas e sempre que há supressão de Campo

Rupestre Ferruginoso a gente aponta que o mesmo não é compensável, em síntese. Neste sentido, cabe destacar que só neste mês de novembro de 2022 será realizada a Oficina do Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Gandarela, o qual irá contemplar o Plano de Uso Público e apontar regramento sobre a zona de amortecimento do Parque fazendo-se cumprir o artigo 25 do Snuc. Cabe apontar que o PARNA foi criado em 2014 e assim vem sendo licenciado empreendimentos no seu entorno nos últimos oito anos, inclusive nos limites dessa Unidade de Conservação, sem atendimento a normativa legal. Quais as implicações dessas atividades de forma pontual e sistêmica para os objetivos de criação dessa importante Unidade de Conservação? Uma vez que o inciso VIII do Artigo 20 do Decreto 4.340 de 2002, que regulamenta o Snuc, define que o Conselho do parque deve *‘manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação em sua zona de amortecimento mosaicos ou corredores ecológicos’* perguntamos: Em que situação se encontra a anuência do ICMBio e do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Gandarela sobre o empreendimento Mina do Palmital? O fato da área já ter sido lavrada clandestinamente no passado recente deveria ser um fator contrário ao empreendimento, uma vez que o mesmo foi precedido por prática ilegal criminosa em áreas de máxima importância ambiental e ecológica. Conforme demonstrado na figura abaixo, o empreendimento além de colado aos limites do Parque Nacional da Serra do Gandarela é anexo a principal estrada que corta o parque. A figura abaixo também destaca a presença de dois importantes atrativos da Unidade de Conservação, o *‘mirante das cangas’* e o ecossistema único da *‘lagoa intermitente em canga’*. Questiona-se: Esse fato (a proximidade da principal estrada do PARNA ao empreendimento em pauta que requer a supressão e a compensação de cangas pode intensificar ainda mais o uso indevido e sem regramento do Parque? Como isso tem sido trabalhado pelo órgão ambiental? E pelo empreendedor? Parece haver um comprometimento inquestionável e irreparável dos usos econômicos sustentáveis e desejáveis para o Parque Nacional e sua zona de amortecimento, como o turismo Ecológico e de base comunitária. Compartilhamos na figura que estamos projetando na tela os limites do Parque, o empreendimento e os atrativos que a gente menciona. O termo *‘florestal’* adjetivando a proposta de compensação em tela parece inadequado, uma vez que boa parte da área suprimida é de ecossistemas não florestais, destacando-se cangas ou campos rupestres ferruginosos. A subseção do parecer único da Supram Central Metropolitana que trata do *‘campo rupestre’* a ser suprimido diz que *‘o estudo descreveu 3,0275 ha de áreas de campo rupestre ferruginoso, que correspondem a 35 % da ADA total do projeto’*. Como esta proporção de 35% foi calculada? Ao considerarmos a área que se pretende suprimir de 6,4972 hectares, o total de campos rupestres é de 3,2828 ha e não de 3,0275 ha, e

esse montante representa 50,53% da área que se busca suprimir. Se consideramos o valor total da ADA como sendo de 10,7222 ha conforme apresentado no quadro síntese inicial do parecer único, essa porcentagem também não seria de 35%. A compensação proposta através da regularização fundiária de 13 hectares no Parque Serra do Gandarela na Fazenda Palmital, pertencente à Mineração Alto Palmital, deflagra – como sempre é visto nesta CPB – a conveniência da compensação ambiental para as mineradoras, reforçando à subserviência do Estado ao segmento minerário. Por que o órgão ambiental não busca a regularização fundiária das áreas mais críticas e vulneráveis das Unidades de Conservação? No caso específico do Parque do Gandarela, que está trabalhando seu Plano de Manejo, que contemplará o Plano de Uso Público, seria bastante oportuno que áreas críticas à visitação fossem regularizadas, ao invés das terras das mineradoras, como comumente é feito. Este ponto remete a questões já apresentadas à direção desta CPB/Copam desde o início do mandato da Uemg neste conselho, há quase dois anos: Quais são os critérios de identificação, definição e escolha das áreas de RF nas UCs? O órgão ambiental indica áreas que deveriam ser prioritárias para regularização, como a de maior expressão de visitação, ou isto nem chega a acontecer? Ainda, como tem sido apontado recorrentemente pela Uemg nesta CPB/Copam, a compensação unicamente por meio de regularização fundiária em unidade de conservação contribui para o fato de Minas Gerais figurar recorrentemente entre os estados que mais desmatam a Mata e ter presenciado um aumento de desmatamento de 88% em seus territórios entre 2020 e 2021. Não importa que a compensação seja o dobro da área suprimida, ainda que fosse 10 vezes, se toda compensação se der por regularização fundiária em área já protegida, ter-se-á, sempre, perda de cobertura de vegetação nativa no Estado. No caso do processo em análise, além da compensação ambiental pretendida dar-se integralmente por regularização fundiária em UC, a área proposta é também parte da Reserva Legal da Fazenda Palmital. Esta constatação reforça o entendimento de que a área a ser compensada já é efetivamente protegida. Portanto, sua doação à União não faz nenhuma diferença em termos absolutos para a conservação da biodiversidade. A área que se pretende suprimir apresenta diversas espécies ameaçadas de extinção de diversos grupos taxonômicos, incluindo-se, dentre outras, uma espécie de orquídea e uma de canela-de-ema, endêmicas dos campos rupestres ferruginosos mineiros. Questiona-se: Há medidas mitigatórias previstas como condicionantes em relação a estas espécies ameaçadas? Quais? Espécies ameaçadas serão resgatadas para museus, jardins botânicos, zoológicos ou programas de salvaguarda e conservação ex-situ? Por último, mas de primeira importância, destaca-se que a compensação ambiental de campos rupestres ferruginosos em MG não passa de uma falácia legalista, conforme evidências

científicas que se avolumam (todas em nota de rodapé) destacando-se o trabalho de Alvarenga e colaboradores publicado no último mês de setembro de 2022: *‘Uma Compensação que Não Compensa: o Caso dos Campos Ferruginosos Associados à Mata Atlântica em Minas Gerais’*. Este fato já foi inclusive tema de um ‘Diálogos com a Semad’, sendo também recorrentemente destacado e alertado pela Uemg nessa CPB em seus retornos de vistas. O fato de o órgão ambiental estadual de Minas Gerais estar ignorando recorrentemente a melhor ciência disponível e os alertas que vêm recebendo merece a atenção de outros órgãos públicos que devem contribuir para a garantia do bem ambiental que vem sendo irremediavelmente perdido, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado. No referido ‘Diálogos com a Semad’, em abril de 21, o professor Dr. Carlos Schaefer alerta que *‘a lei mineira está conceitualmente errada (não abrange campos rupestres), é obsoleta (não contempla os fatos conhecidos) e é pouco efetiva (não protege)’*. O pesquisador também alerta para seu entendimento de que as mineradoras estão preparadas para maiores exigências do órgão ambiental e de que a potencial e ainda inexistente restauração de cangas depende de investimentos e esforços de pesquisa que poderiam ser estimulados pelo órgão ambiental. Destaca-se que a mais importante estratégia de conservação dos campos rupestres ferruginosos e seus serviços ambientais é evitar a perda e a degradação de áreas naturais. Entretanto, os Campos Rupestres Ferruginosos do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais já perderam irreversivelmente ao menos metade de sua área original. Além disso, antevê-se uma elevada probabilidade de novas supressões, dada a coincidência espacial das áreas remanescentes com títulos minerários de significativo potencial econômico. Alvarenga e colaboradores analisam a inadequação dos textos normativos, especialmente da Resolução Conama nº 423 de 2010, e seu *‘alcance jurídico limitado e validade claramente questionável’* para compensação ambiental dos campos rupestres ferruginosos em Minas Gerais. Os pesquisadores alertam que as *‘desconformidades geram uma análise inadequada dos pedidos de compensação dos Campos Ferruginosos [...] resultando em ações tecnicamente inconsistentes e ecologicamente insustentáveis quanto ao uso de bens ambientais e aos programas de conservação da biodiversidade e da geodiversidade. Por consequência, essas desconformidades elevam ainda mais os riscos de extinção e de perdas irreparáveis de um relevante componente do patrimônio natural brasileiro’*. Os estudiosos reforçam o alerta de que *‘a não implementação de medidas de proteção efetiva desses ecossistemas resulta em prática inconstitucional, passível de controle jurisdicional’* podendo *‘ensejar a responsabilização solidária do Poder Público por esses danos’*. Como considerações finais: A compensação ambiental em análise deve ser negada pela CPB/Copam, pois não se dá em termos práticos, não evitando a perda líquida em biodiversidade e de serviços ambientais, especialmente dos

campos rupestres ferruginosos, que representam a maior porção da área que se pretende suprimir. Além disso, a supressão nos limites do Parque Nacional da Serra do Gandarela não atende aos preceitos da Lei do Snuc, pois não há plano de manejo e regulamentação sobre a zona de amortecimento da Unidade de Conservação. Destaca-se ainda que o parecer único da Supram Central Metropolitana é omissivo em relação à crescente fragmentação e erosão da biodiversidade da região sob análise e à aplicação de princípios de Ecologia da Paisagem. Este retorno de vistas soma-se a outros produzidos pelo conselheiro da Uemg e aos recorrentes alertas que vem sendo dados à CPB/Copam e ao IEF de que a mudança de postura de Minas Gerais frente às políticas de compensação e conservação dos campos rupestres ferruginosos é de máxima urgência. Esta omissão do órgão ambiental compromete a saúde e sadia qualidade de vida da população de Belo Horizonte e seu colar metropolitano, uma vez que serviços ecossistêmicos essenciais prestados pelos campos rupestres vão sendo perdidos, comprometendo a recarga hídrica pela infiltração das águas das chuvas, o armazenamento hídrico pelos aquíferos, o fornecimento de água pelas nascentes e a manutenção das vazões dos cursos d'água. Reforça-se o entendimento de que não há compensação ambiental de campos rupestres ferruginosos em Minas Gerais, chamando, mais uma vez, a atenção do órgão ambiental para sua letargia em valer-se da melhor ciência disponível para sua atuação, antes que a perda desses ecossistemas, atinjam um limiar crítico. Este documento também chama novamente a atenção para a importância e urgência de adotar-se a Avaliação Ambiental Integrada ou a Avaliação de Impactos Cumulativos para empreendimentos minerários. Obrigado". Presidente suplente Breno Esteves: "Obrigado, Conselheiro. Passo a palavra ao Superintendente da Suppri, Rodrigo Ribas". Rodrigo Ribas (Suppri): "Muito obrigado, Presidente. Boa tarde, bom encontrá-los aqui novamente. Conselheiro Alexandre, muito obrigado pelas suas palavras, quero agradecer por sempre nos chamar a atenção para umas coisas que são realmente muito importantes. Eu acho que temos que pontuar algumas coisas aqui que talvez não sejam do conhecimento do Conselheiro, não sejam do conhecimento do senhores Conselheiros, mas que vem acontecendo dentro do órgão ambiental. Bom, não vou falar de maneira alguma do processo da Minap, ele foi analisado pela Supram Central Metropolitana, tem uma equipe competente por trás disso. Nós não estamos falando aqui da supressão de vegetação, estamos falando só da compensação. Nós estamos falando de uma etapa anterior a qualquer autorização de supressão necessárias ao regramento do licenciamento ambiental. Então, talvez, estejamos aqui, mais uma vez, antecipando a discussão sobre a viabilidade do empreendimento e não é isso que se trata na CPB. Voltamos muito lá atrás, as competências da CPB que dizem respeito às propostas de compensação, dentro dos critérios legais impostos no processo de

439 licenciamento, quando houver previsão de supressão de vegetação do bioma Mata
440 Atlântica a quer ver antes dessa autorização, uma proposta de compensação ambiental
441 a mitigar os impactos da supressão. Essa proposta, apesar dela estar no Decreto
442 Estadual nº 47.749, a proposta de regularização fundiária de unidade de conservação é
443 prevista desde 2008, no Decreto Federal nº 6.660, artigo 26, inciso 1º, portanto uma
444 norma federal, já trazia a proposta de compensação em Unidade de Conservação
445 Federal, Estadual e Municipal, como uma das hipóteses para as compensações
446 propostas nos artigos 17 e 32, da Lei nº 11.428. Então, nós não estamos aqui inovando.
447 O estado de Minas Gerais não inova, em relação a compensação ambiental, a essa
448 proposta de compensação. Alguns equívocos em relação as compensações são
449 reiterados nas discussões da CPB, outros acertos também são postos, o professor
450 Alexandre está muito certo, em relação a melhor norma a ser aplicada para a
451 compensação de campo rupestre, para compensação de campo de altitude, a Conama
452 nº 423 é muito ruim, nós sabemos disso, mas o órgão ambiental não tem opção de
453 utilizar outra norma, porque tem uma Deliberação Normativa do Copam, esse mesmo
454 Copam que vocês fazem parte, que diz que até que seja estabelecido uma norma
455 diferenciada a Conama nº 423 deve ser utilizada. Ela é muito ruim, mas não é ineficiente,
456 existem critérios e padrões de ocupação do espaço de manutenção da vegetação ou de
457 intervenção dessa vegetação, que nos indicam alguns dos critérios acerca da sua
458 preservação, que vão tratar do estágio dela. Mas isso não se aplica à compensação em
459 regularização fundiária, não há equivalência prevista na Lei, nem na Federal, nem na
460 Estadual, em termos de estágio sucessional ou condição da vegetação. Mesmo que fosse
461 outro ambiente, não há equivalência prevista e isso é uma coisa realmente ruim, mas é
462 uma coisa que está na lei e é um direito do empreendedor, é um direito da sociedade
463 se valer do que a lei prevê, e é um dever do órgão ambiental seguir a lei, nós não temos
464 escolha. A Supram Central não teve escolha nesse caso. Bom, mas então vai ser sempre
465 assim? Não, professor. Não vai ser sempre assim não, já tem algum tempo que nós
466 estamos construindo normas, critérios ambientais, critérios técnicos, para melhorar
467 essas compensações. Já foi feito uma primeira proposta. Essa proposta foi feita em um
468 grupo de trabalho formado entre a Semad e o IEF, a Semad através de analistas daqui
469 da Suppri, e o IEF de analistas da Diretoria de Conservação e Recuperação de
470 Ecossistemas. Nós elaboramos uma primeira proposta técnica para melhoria das formas
471 de compensação daquelas formações que não são florestais, estamos falando de
472 compensações não arbóreas, porque, por certo, compensação arbórea a lei é cheia,
473 compensação florestal é fácil de vermos, porque os critérios são muito objetivos. As
474 compensações que não são florestais, de campos rupestres, de campos de uma maneira
475 geral, realmente, elas são mais complexas e mais complicadas. Então, nós já temos uma

476 proposta técnica, temos uma primeira aproximação. Ao mesmo tempo, nós temos
477 discutido junto com a mesma Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas
478 e a Diretoria de Controle de Monitoramento e Geotecnologia, uma revisão da norma,
479 aquilo que está na DN, de até que seja estabelecido uma nova norma, utiliza a Resolução
480 Conama nº 423. Então, precisamos estabelecer uma nova norma técnica que dá
481 consistência para que os analistas possam ir adiante na compensação, na análise de
482 estágio sucessional. Acho uma pena que tenha se falado tanto de um estudo que foi
483 feito pelo pessoal do Pristino, que é sempre contratado para contrapor a posição do
484 Estado em vários processos e não tenha tratado mais aprofundadamente, por exemplo,
485 da tese da Deise Miola, que há três semanas atrás esteve aqui com a gente, está fazendo
486 uma série de pequenos workshops para discutir essas propostas, workshops técnicos,
487 workshops com as pessoas que estão construindo na universidade, para que possamos
488 absorver isso e alterar as nossas propostas. Bom, então isso está acontecendo, não há
489 omissão do Estado em relação a essas proposições, não há omissão do Estado em
490 perceber que ainda temos falhas e que são falhas que estão sendo sanadas, que estão
491 sendo corrigidas ao longo do tempo. Nós não estamos silentes em relação a isso. Mas
492 até que isso se estabeleça como norma, é preciso que a gente delimite o nível de atuação
493 possível dos analistas da Semad. Então até que possamos fazer essa alteração das
494 normas, os analistas estão a distrito das normas existentes, e as normas existentes são
495 muito claras em relação à aplicação da compensação. À CPB cabe avaliação da
496 compensação apresentada e a compensação, de acordo tanto com o Decreto nº 6.660,
497 quanto com o Decreto nº 47.749, pode se dar por regularização fundiária em unidade
498 de conservação há uma discussão inclusive seria competência da CPB avaliar
499 compensação em unidade de conservação que não seja Estadual né porque lá no
500 Decreto nº 46.953 tem essa discussão de toda maneira ainda é melhor que se traga até
501 que a gente desligue essa competência né Essa eventualmente ainda é melhor que CPB
502 por uma discussão mais ampla do que a gente simplesmente decidir que não né é
503 importante que até que a gente tem essa manifestação jurídica da assessoria jurídica da
504 Semad e do IEF a gente traz aqui para discussão e trazer para discussão é da
505 Transparência e visibilidade nos processos é da transparência de visibilidade naquilo que
506 está sendo preservado no estado de Minas Gerais bom eu não vou discutir o processo
507 da Minap, em si. Breno, peço desculpas se eu falei demais, como sempre. Eu não vou
508 discutir o processo da Minap, em si. Eu acho que que o melhor seria agora os inscritos
509 tanto da própria empresa, como de praxe, depois da equipe da Central Metropolitana
510 tratem do processo em si, mas do ponto de vista das generalidades. Nós podemos ser
511 chamados eu coordenado pela sobre e os dois diretores do IF para conversar com a CPB

e falar quais são os andamentos dessas nossas propostas. Bom, muito obrigado. Boa tarde, Senhores”.

(1H55M51 A 2h53h20). Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Eu gostaria que constasse tudo em ata”. Presidente suplente Breno Esteves Lasmar: “Perfeito, Conselheiro. Alguém mais gostaria de manifestar sobre este item? Algum esclarecimento adicional a ser feito? Não havendo coloco em votação”. Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Ibama, Crea-MG, Fiemg, CMI-MG e OAB-MG. Votos contrários: Justificativas: Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva (Amda): “Voto contrário seguindo o parecer do Professor Alexandre”. Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira (Relictos): “Voto contrário seguindo o parecer do representante da Uemg”. Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Voto contrário de acordo com o meu parecer”. 3 Invictus Energia Fazenda Solar III Ltda. Rede de distribuição Coração de Jesus 02, 13,8 kv - Município de Coração de Jesus/MG. Processo de Autorização para intervenção Ambiental Nº 2100.01.0014693/2022-28 - SEI/Nº 2100.01.0037440/2022-63 - Classe não passível. Apresentação: URFBio Norte. Sem destaques. Votação em bloco. Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Crea-MG, Fiemg, CMI-MG, Amda, Relictos e OAB-MG. Voto contrário: Justificativa Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Meu voto é contrário por entender que não é possível compensar apenas com regularização fundiária em unidade de conservação, uma vez que isso sempre vai levar a um saldo negativo de cobertura da vegetação nativa para além do ponto levantado pelo colega Luiz Gustavo em relação ao item 7.4”. Ausente no momento da votação: Ibama. 7.4 Cemig Distribuição S.A. - Linha de Distribuição LD Paracatu 4 - Unaí 2, 138 kv - Paracatu e Unaí/MG - Processo de Autorização para intervenção Ambiental Nº 2100.01.0032466/2022-16 - SEI/Nº 2100.01.0032878/2022-47 - Classe não passível. Apresentação: URFBio Norte. Sem destaques. Votação em bloco. Compensação ambiental aprovada nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, CRBio-04, Crea-MG, Fiemg, CMI-MG, Amda, Relictos, OAB-MG e Uemg. Ausente no momento da votação: Ibama. Votos contrários: Justificativas: Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva (Amda): “A justificativa é que há uma intervenção da empresa Cemig S.A., em 7.9 hectares de floresta estadual semidecidual, a compensação está sendo feito em 15 hectares de cerrado, não garantindo a preservação do bioma Mata Atlântica”. Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Meu voto é contrário por entender que não é possível compensar apenas com regularização fundiária em unidade de conservação, uma vez que isso sempre vai levar a um saldo

negativo de cobertura da vegetação nativa para além do ponto já levantado pelo colega Luiz Gustavo neste item”. **8. Planos de Manejo de Unidades de Conservação para análise e deliberação, nos termos do inc. IV, do art. 13, do Decreto Estadual nº 46.953/2016:** 8.1 Revisão pontual do Plano de Manejo do Parque Estadual Serra do Rola Moça. Apresentação: URFBio Metropolitano. Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva (Amda): “Senhor Presidente, infelizmente eu não consegui compartilhar o meu parecer de vista para os demais conselheiros, mas gostaria de propor dois itens na redação do Plano de Manejo. Um texto para a página 35, que é ‘diretrizes gerais para a gestão de uso público’. Criar um item 22, o texto proposto e que talvez possa ter colaborações dos demais conselheiros é ‘que o parque deve prever o uso harmônico e visitação dos mananciais para abastecimento público presente, não sei, em conjunto com a concessionária de água e comunidades vizinhas’. Eu justifico essa redação, porque historicamente existe um uso conflituoso dos mananciais, localizados dentro do Parque Estadual da Serra do Rola Moça. O Parque é formado por vários mananciais e esses mananciais tem atrativos turísticos, o volume de visitantes é muito grande e não existe pessoal tanto da concessionária de água, quanto funcionários do Parque que possam fazer a vigilância desses locais, principalmente em momentos críticos, como temos nos incêndios florestais e finais de semana onde a visitação é muito grande nos diversos atrativos turísticos. Então, essa redação visa propor, que o uso possa ser harmônico entre a concessionária de água que é detentora daquele recurso e, o Parque que é o gestor da área. Eu cito alguns exemplos: os Parques Nacionais de Brasília e o da Tijuca, no Rio de Janeiro, eles são mananciais de água, tem a visitação e o uso é feito em sintonia, temos também o Parque da Cantareira em São Paulo, que tem esse mesmo uso. O segundo item, está presente na página 12, que é ‘alterar a zona de recuperação prevista dentro do Parque’, porque? Existe uma faixa entre o Jardim Canadá e Casa Branca, logo no início, próximo à portaria, chamada de P3. Essa portaria que já foi alvo de inúmeros projetos de recuperação ambiental e ficou de fora. Talvez quem conheça o Parque, quando está entrando no Parque, do lado direito e do lado esquerdo a gente vê várias trilhas de motocross, no passado, essas áreas foram alvo de recuperação de áreas degradadas e ficaram de fora, existe o Vale da Caveira, novamente, quem está entrando no Parque pela portaria P3, aquela do Jardim Canadá, tem logo uma descida forte, lá embaixo é o Vale da Caveira, é o Manancial do Córrego do Barreiro. Existe projetos inclusive realizado pela Amda, em parceria com inúmeras empresas nesse local e na entrada do Parque, na portaria, se não me engano, a P2 que é aquela do Casa Branca, em Brumadinho. Logo nessa entrada, também, existem projetos de recuperação de áreas degradadas. Seria somente esses dois pontos, a inclusão a redação, criar um item para as diretrizes gerais de uso público e alterar a zona de recuperação ambiental”.

Conselheira Lidiane Carvalho de Campos (Fiemg): “Inicialmente, gostaria de ressaltar que o nosso relato de vistas foi elaborado em conjunto com a CMI-MG. Depois que analisamos o produto, a gente levantou aqui no nosso relato de vistas dois questionamentos dirigidos ao IEF. O primeiro se trata sobre uma informação trazida no documento, de uma ampliação da área pós redefinição do polígono, devido ao georeferenciamento, que traz um quantitativo de 74 hectares. Então, esse primeiro questionamento, foi: se não caberia uma revisão do Decreto que criou a unidade de conservação, de acordo com o parágrafo 6º, artigo 22 da lei do Snuc, que deveria ser realizado uma republicação do Decreto para posteriormente ser tratado aqui, nesse Plano de Manejo, que é um documento de gestão da unidade e o segundo questionamento, se refere à uma informação trazida no produto, páginas 36 e 37, em relação às estradas e trilhas abertas à visitação no Parque. Na página 37, é possível verificar duas trilhas que extrapolam o limite da unidade de conservação e aí, por essa razão, a gente questiona as razões que levaram à definição desses traçados nesses locais, uma vez que eles extrapolam o limite da unidade de conservação e adentram a propriedade de terceiros. E por fim, sugerimos a exclusão dessas trilhas e que sejam considerados apenas aquelas que estão internas à unidade de conservação, como a gente dirigiu esses questionamentos ao IEF, gostaria de um esclarecimento aqui na reunião”. Conselheiro Adriano Nascimento Manetta (CMI-MG): “ Só para secundar o que a Conselheira Lidiane colocou e acrescentar uma percepção que eu tive depois de feito o parecer. O Plano de Manejo todo está fazendo remissões e referências especificamente à Copasa, mas na verdade, dentro do nosso marco legal do saneamento, o adequado é tratar do concessionário de recursos hídricos ou do concessionário de abastecimento de água, não é muito próprio que o Plano faça referência especificamente a um concessionário. Então, também uma pergunta nesse sentido, e uma sugestão de substituir em todos os pontos onde se faz a menção a Copasa, por uma menção genérica de concessionária de abastecimento de água, ou termo equivalente”. Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento (Uemg): “Não há relato de minha parte Presidente”. Ronaldo Magalhães (IEF): **Parou em3h03:33**

(Plano de Manejo aprovado com alterações)

8.2 Plano de Manejo Espeleológico do Parque Estadual do Ibitipoca - PEIB. Apresentação: URFBio Mata. **RETORNO DE VISTA pelos conselheiros Lidiane Carvalho de Campos representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e Adriano Nascimento Manetta representante da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG).**([clique aqui](#))

8.3 Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Pico do Itambé. Apresentação: URFBio Jequitinhonha. **RETORNO DE VISTA pelos conselheiros Lidiane Carvalho de Campos representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fieng), Adriano Nascimento Manetta representante da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG) e Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva representante da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda). (APROVADO COM ALTERAÇÕES.)** Relato de Vistas Fieng/CMI [\(clique aqui\)](#),

8.4 Revisão pontual do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental - APA Fernão Dias. Apresentação: GCMUC/IEF. [\(clique aqui\)](#)

9) ENCERRAMENTO. Em seguida, não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente suplente Breno Esteves Lasmar agradece a todos pela participação e deseja um excelente dia e uma excelente semana. E na sequência declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta Ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Breno Esteves Lasmar
Presidente Suplente da Câmara de Proteção
à Biodiversidade e de Áreas Protegidas